



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 32.395/15-e

**Processo nº:** 32.395/15-e

**Jurisdicionada:** Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans

**Assunto:** Dispensa de Licitação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP

**Sessão:** Pauta nº 36, S.O. nº 4957, de 1º.6.2017

**Publicação:** DODF nº 102, de 30.5.2017, pág. 53

**Ementa:** Exame do Contrato Emergencial nº 27/15, firmado pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans e a empresa Rover Administração e Serviços Eirele, tendo por objeto a prestação de serviços de apoio operacional para atuação no Sistema de Bilhetagem Automática.

Constatação de irregularidades. Solicitação de esclarecimentos à jurisdicionada (Decisão nº 2.855/16-CIMF). Remessa de documentos.

Improcedência da resposta oferecida pelo DFTrans e audiência dos responsáveis (Decisão nº 894/17-CIMF).

Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Leo Carlos Cruz (Diretor-Geral do DFTrans). Não conhecimento, por falta de amparo legal (Despacho Singular nº 269/2017-GCPM).

Oposição de Embargos de Declaração pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, com pedido de efeitos modificativos (infringentes).

VOTO pelo conhecimento e, no mérito, pela rejeição.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do Contrato Emergencial nº 27/15, firmado, em 9.9.2015, pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans e a empresa Rover Administração e Serviços Eirele, tendo por objeto a prestação de serviços de apoio operacional para atuação no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 32.395/15-e

Sistema de Bilhetagem Automática (fls. 385/399 do e-doc D84BF634-c)<sup>1</sup>.

2. O valor do ajuste foi de R\$ 7.149.347,46, com o período de vigência de 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis, a partir de 10.9.2015 (cláusulas quinta e sexta do contrato, fl. 386 do D84BF634-c).

3. Na última assentada, Sessão Ordinária de 9.3.2017, o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, proferiu a Decisão nº 894/17 (e-doc 0A9A6BE6-e), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 894/17 (CIMF)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 604/2016 - GAB/DFTRANS (e-DOC EF8C19D3-c); b) da Matriz de Responsabilização (e-DOC 1E8BE078-e); c) da Informação n.º 200/2016-DIACOMP1 (e-DOC C71ABEB4-e); d) do Parecer n.º 76/2017-DA (e-DOC 42948BFE-e); II – **considerar improcedentes os esclarecimentos prestados pela Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, em cumprimento ao disposto no item III da Decisão n.º 2.855/2016; III – promover a audiência dos responsáveis elencados na Matriz de Responsabilização (e-DOC 1E8BE078-e) para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa em face das supostas irregularidades que lhes foram atribuídas, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994; IV – dar ciência desta decisão ao Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, bem como à DFTrans e à empresa Rover Administração e Serviços Eireli; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para os devidos fins.***

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora MÁRCIA FARIAS.”* (grifei).

4. Irresignado, o Sr. Leo Carlos Cruz (Diretor-Geral do DFTrans) interpôs o Pedido de Reexame constante do e-doc 044BD627-c, com objetivo de reformar os incisos II e III do **decisum**.

<sup>1</sup> Este processo foi inaugurado em atenção ao disposto no inciso III, alínea “b”, da Decisão n.º 4.723/15-CIMF (proferida no âmbito do Processo n.º 31.216/2015-e), que autorizou o exame, em autos apartados, da regularidade da contratação direta realizada pelo DFTrans.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Proc.: 32.395/15-e

5. Por meio do Despacho Singular nº 269/2017-GCPM (e-doc D513E682-e), **deixei de conhecer do apelo por falta de amparo legal**, pelos motivos abaixo expostos:

*“6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 63/2017 - SEACOMP (e-doc 1AD2C574-e), de 27.4.2017, sugere que se deixe de conhecer do apelo e se conceda ao responsável novo prazo para complementação de suas alegações de defesa.*

*7. Assiste razão a Unidade Técnica. O Regimento Interno desta Corte prevê em seu art. 280 que:*

*“Art. 280. Ressalvada a hipótese de embargos de declaração, **não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa**, na forma do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que **ordenar** a realização de citação, **audiência**, diligência ou fiscalização.”*

*8. Assim, em virtude da objeção legal, o apelo interposto pelo Sr. Leo Carlos Cruz não deve ser conhecido, mas a documentação encaminhada poderá, conforme previsto no art. 280, § 1º do Regimento Interno, ser aproveitada como defesa.”*

6. Inconformada, a autarquia opôs tempestivamente os Embargos de Declaração constantes do e-doc 928097D8-c.

7. A embargante alega que o Despacho Singular nº 269/2017-GCPM incorreu em **erro material**, na medida em que o apelo foi manejado pela autarquia e não por seu Diretor-Geral. Alega, ainda, que o Pedido de Reexame foi interposto buscando apenas a reforma do inciso II da Decisão nº 894/17-CIMF, e não dos incisos II e III. Diante disso, requer o **provimento com efeitos modificativos** (infringentes).

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 32.395/15-e

### VOTO

8. Nesta fase, examinam-se os Embargos de Declaração opostos pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans em face dos termos do Despacho Singular nº 269/2017-GCPM (e-doc D513E682-e), que negou conhecimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Leo Carlos Cruz (Diretor-Geral da DFTrans).

9. Preliminarmente, destaca-se que o recurso cabível contra **decisão monocrática** de Relator é o **Agravo** (a ser interposto no prazo de cinco dias, art. 290 do RITCDF) e não os **Embargos de Declaração**, já que estes são cabíveis contra **decisão do Tribunal**.

10. Todavia, a fim de elucidar a questão, admitir-se-á o recurso na espécie oposta, em prestígio aos princípios do formalismo moderado e da verdade material.

11. Ademais, tendo em conta que a qualificação das partes é matéria meritória a ser apreciada no apelo, considerar-se-á **para fins de admissibilidade** que ambos recursos (Pedido de Reexame e Embargos de Declaração) foram interpostos pelo DFTrans, a fim de manter o vínculo de identidade entre os recorrentes.

12. A jurisdicionada tomou conhecimento do Ofício nº 3306/2017-GP (e-doc EB3C3EC2-c) em 9.5.2017 e os embargos foram opostos em 18.5.2017.

13. O prazo previsto pelo Regimento Interno desta Casa para apresentação da modalidade recursal é de 10 (dez) dias<sup>2</sup>, contados na forma prevista no art. 168 do referido normativo<sup>3</sup>. Diante disso, verifica-se que o recurso em exame foi apresentado no prazo legal (19.5.2017), razão pela qual deve ser considerado **tempestivo** e conhecido pelo Tribunal.

14. Feitas essas considerações, passa-se à apreciação de

---

<sup>2</sup> Art. 287. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em decisão do Tribunal.

§ 1º Os embargos de declaração poderão ser opostos por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, **dentro do prazo de dez dias**, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, sob pena de rejeição in limine.

<sup>3</sup> Art. 168. Os prazos referidos neste Regimento contam-se dia a dia, a partir da data:

III - constante de documento que comprove a ciência da parte;

Art. 169. Na contagem dos prazos, salvo disposição legal em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

[...]

§ 2º Se o vencimento do prazo recair em dia em que não houver expediente, será prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 32.395/15-e

mérito das alegações referentes a possível **erro material** no Despacho Singular nº 269/2017-GCPM.

15. Em apertada síntese, a recorrente alega que o Pedido de Reexame constante do e-doc 044BD627-c foi **manejado pela autarquia e não por seu Diretor-Geral**. Argumenta, ainda, que o apelo buscou a reforma **apenas do inciso II da Decisão nº 894/17-CIMF**, e não dos incisos II e III, como indicado no referido despacho singular.

16. Compulsandos os autos, nota-se que no dia 24.4.2017, o Sr. Leo Carlos Cruz ingressou nesta Corte com o Pedido de Reexame constante do e-doc 044BD627-c. Examinando o recurso, observa-se na qualificação que **o apelo foi manejado pelo responsável e não pela autarquia** – como quer fazer crer agora nos Embargos de Declaração<sup>4</sup> –, senão vejamos:

LEO CARLOS CRUZ, Diretor-Geral da  
DFTRANS, já qualificado nos autos do **Processo TCDF n.º 32395/2015-e**, vem  
respeitosamente perante Vossa Excelência interpor

**DO REEXAME**

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Brasília, 24 de abril de 2017

17. Fácil constatar a **diferença** quando comparada com a qualificação dos Embargos de Declaração opostos (e-doc 928097D8-c):

**A TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO  
FEDERAL – DFTRANS**, neste ato representada pelo Chefe da Assessoria Jurídico  
Legislativa e pelo seu Diretor-Geral, já qualificada nos autos do **Processo TCDF n.º  
32395/2015-e**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência interpor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

em face do Despacho Singular nº 269/2017, protocolizada nesta autarquia em 9 de maio de  
2017.

18. Se houve algum equívoco, por certo que ele ocorreu no âmbito da autarquia – na elaboração da peça jurídica – e não na inteligência aplicada pelo Tribunal à espécie, que manteve-se alinhada ao regramento vigente (Regimento Interno do TCDF). Deste modo, não há dúvidas de que o Pedido de Reexame foi interposto pelo responsável e não pela

<sup>4</sup> Pág. 02: “[...] aquele (sic) irresignação, consoante pode ser constatado nos autos, não foi manejada pelo Sr. Leo Carlos Cruz, mas sim pela autarquia Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans.”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Proc.: 32.395/15-e

jurisdicionada<sup>5</sup>.

19. De toda a sorte, avalia-se o pedido formulado à época, a fim de apurar se era compatível com o momento processual. Na oportunidade, o recurso objetivou **expressamente** a reforma dos incisos II e III da Decisão nº 894/17-CIMF, conforme se verifica abaixo:

Data vênha dos Doutos Julgadores desse  
Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, a respeitável Decisão nº 894/2017  
merece ser reformada no tocante ao inciso II e III, vejamos:

(...)

II – considerar improcedentes os esclarecimentos prestados pela  
Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, em  
cumprimento ao disposto no item III da Decisão n.º 2.855/2016;

III – promover a audiência dos responsáveis elencados na Matriz  
de Responsabilização para que apresentem, no prazo de 30 (trinta)  
dias, razões de justificativa em face das supostas irregularidades  
que lhes foram atribuídas, ante a possibilidade de aplicação da  
sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º  
01/1994;

(...)

20. O que se confirma com o pedido (stricto sensu) feito à Corte:

### 8. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, submeto à apreciação de  
Vossa Excelência as seguintes solicitações:

- a) Tomar conhecimento do presente recurso do reexame;
- b) Suspender a eficácia das deliberações do Tribunal de Contas proferidas na órbita da Decisão nº 894/2017, até ser julgado o pedido de reexame da matéria impugnada;
- c) Em face das diversas diligências efetuadas pela DFTrans para consecução do feito, considerar procedentes os esclarecimentos prestados pela Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, em cumprimento ao disposto no item III da Decisão n.º 2.855/2016, com o consequente arquivamento; e
- d) Considerar a legalidade da autorização da revogação do PE nº 05/2015; da autorização e ratificação da contratação direta e da assinatura do contrato emergencial nº 27/2015 com o consequente arquivamento do feito.

  
LEO CARLOS CRUZ

DIRETOR-GERAL DA DFTrans

<sup>5</sup> Nesse ponto, destaca-se que as partes são legitimadas a interpor Pedido de Reexame em processos concernentes a ato sujeito a registro e à fiscalização de atos e contratos (art. 286, RITCDF), desde que não seja contra decisão que rejeitar alegações de defesa, na forma do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que ordenar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 32.395/15-e

21. Deste modo, constata-se que o Sr. Leo Carlos Cruz foi chamado em audiência (comunicação recebida em 28.3.2017, e-doc 464FD2B4-c), e, ao invés de apresentar suas razões de justificativa em face de supostas irregularidades que lhes foram atribuídas na Matriz de Responsabilização (e-doc 1E8BE078-e), interpôs Pedido de Reexame para buscar a revisão do ato de chamamento, o que não é admitido pelo Regimento Interno desta Corte, **in verbis**:

*“Resolução TCDF nº 296/16: Art. 280. Ressalvada a hipótese de embargos de declaração, **não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, na forma do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que ordenar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização.***

*§ 1º Se a parte interpuser o recurso, **a documentação encaminhada será aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória.***”

22. Assim, a irresignação contida nos declaratórios **não merece guarida**, pois a matéria apreciada e decidida por meio do Despacho Singular – em juízo de admissibilidade – ateu-se ao pedido formulado pelo autor.

23. Outrossim, a fim de não prejudicar o recorrente, a documentação então apresentada foi aproveitada como recurso de reconsideração, em atenção ao art. 280, § 1º, do RITCDF.

24. É oportuno salientar que o momento processual adequado ao esclarecimento das supostas irregularidades já precluiu (de forma consumativa), tendo sido exercido pela jurisdição nas alegações apresentadas em 27.6.2016, por meio do Ofício nº 604/2016-GAB/DFTrans (e-doc EF8C19D3-c), em cumprimento ao disposto no inciso III da Decisão nº 2.855/16-CIMF<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Decisão nº 2.855/16-CIMF: [...] III – determinar à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos a respeito dos fatos relacionados a seguir: a) deflagração do procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico nº 05/2015 não ter sido iniciado em tempo hábil, o que ocasionou a necessidade de celebração do Contrato Emergencial nº 27/2015, exprimindo falta de planejamento ou desidiosa administrativa por parte da jurisdição, em desrespeito aos itens “II-a” e “II-b” da Decisão nº 3.500/1999; b) opção da DFTRANS por deflagrar o Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2015, após esta Corte de Contas ter autorizado o prosseguimento do PE nº 05/2015 (por meio da Decisão nº 4.264/2015), com objeto significativamente reduzido, sob a alegação de necessidade de economia de recursos e a intenção de transferir o SBA para as delegatárias do STPC, enquanto que, quase que simultaneamente, contratava de maneira direta, por meio do Contrato Emergencial nº 27/2015, itens excluídos do aludido procedimento licitatório; c) circunstâncias constantes do Ofício nº 025/2016/CFGTC e documento anexo – Nota Técnica nº 01/2016 (e-DOC 7CB77D48-c), no tocante ao procedimento fiscalizatório



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 32.395/15-e

25. Em giro processual subsequente (Decisão nº 897/17-CIMF), ao examinar a resposta do DFTrans, o Tribunal manifestou-se pela improcedência (inciso II do **decisum**), o que justificou o chamamento em audiência e não pode ser, pela via recursal, combatido.

Em face do exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento, em prestígio aos princípios do formalismo moderado e da verdade material, dos Embargos de Declaração opostos pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans contra os termos do Despacho Singular nº 269/2017-GCPM (e-doc D513E682-e), para, no mérito, rejeitá-los, ante a ausência de obscuridade, dúvida, contradição, erro material ou omissão na decisão monocrática embargada;

II. autorize:

a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Embargante e ao seu representante legal;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2017.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas.

---

realizado por aquela Comissão acerca da contratação promovida no âmbito do Processo n.º 098.001.908/2015 (Contrato Emergencial n.º 27/2015)".